

ATA DE 16/08/2024

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do Concelho de Vila Velha de Ródão levada a efeito em dezasseis de agosto de dois mil e vinte e quatro

Ata n.º 17

A Os dezasseis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, pelas 10:00 horas, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que teve lugar no edifício dos Paços do Concelho, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Luís Miguel Ferro Pereira, que presidiu e dos Senhores Vereadores José Manuel Ribeiro Alves, Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques, Ana da Conceição Bento Carepo e Carlos Manuel Correia Cardoso Martins Faria. -----
 ---A reunião foi declarada aberta pelo Senhor Presidente, pelas 10:00 horas. -----
 ---Depois de verificadas as presenças passou-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior, findo o que, e após ter sido esta aprovada, se procedeu à sua assinatura, continuando-se com os assuntos constantes da Ordem do Dia.-----

Período antes da ordem do Dia

---O **Sr. Vereador Carlos Faria**, referiu ter conhecimento de que está a ser intervencionada a zona próxima do lagar de Gavião de Ródão, solicitando esclarecimentos sobre os muros degradados na estrada entre Gavião de Ródão e Vila Velha de Ródão, questionando a sua propriedade e defendendo que, caso o proprietário não intervenha, a Câmara Municipal deveria tomar medidas.-----
 ---O **Sr. Presidente** esclareceu que a Câmara Municipal tem intervindo na limpeza e segurança das estradas após derrocadas, mas que, neste caso, os muros são da responsabilidade dos proprietários. No entanto, considerou improvável que estes os reconstruam devido aos custos, pelo que a Câmara Municipal poderá ter de intervir à medida que a situação se agrave, necessitando de análise jurídica.-----
 ---O **Sr. Vereador Carlos Faria**, questionou se os custos serão imputados aos proprietários. Tendo o **Sr. Presidente** respondido que, apesar de lhe ser difícil imputar esses custos devido à falta de rendimentos dos proprietários, será necessário dialogar com eles para encontrar uma solução que assegure a segurança da estrada, tentando resolver o problema de forma menos onerosa para o Município.-----

ORDEM DO DIA – Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: -----

3 – Finanças Municipais-----

---Foi presente o balancete da Tesouraria Municipal do dia anterior, por onde se verificou o seguinte movimento: Total de disponibilidades “2.732.513,02€” (dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, quinhentos e treze euros e dois cêntimos), dos quais “2.722.059,79€” (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, cinquenta e nove euros e setenta e nove cêntimos), são de Dotações Orçamentais e “10.453,23€” (dez mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e vinte e três cêntimos) de Dotações não Orçamentais.-----

4 – Ratificação de despachos-----

---A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

5 – Alteração permutativa aos documentos previsionais 2024 -----

---Foi elaborado o documento que contempla a 15ª Alteração Permutativa aos Documentos Previsionais de 2024, que se propõe para aprovação e que prevê para o Orçamento da Despesa Efetiva, o valor de 63.500,00€ (sessenta e três mil e quinhentos euros). Os reforços e diminuições das Despesas Correntes são no valor de 26.500,00€ (vinte seis mil e quinhentos euros) e os reforços e diminuições das Despesas de Capital são no valor de 37.000,00€ (trinta e sete mil euros). -----

---A Câmara Municipal deliberou, por quatro votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Carlos Faria, ao abrigo da alínea d) do nº1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a 15ª Alteração Permutativa aos documentos previsionais de 2024, nos termos da proposta apresentada.-----

6 – Isenção pagamento de entradas nas Piscinas Municipais de Fratel dos utentes do Lar da SFEBF (Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense) -----

---Considerando a informação nº 668/20204 do Serviço de Ação Social, referente ao pedido de isenção de pagamento para entrada na Piscina de Fratel por parte dos utentes do Lar da Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense, que devidamente acompanhados por funcionários/as da instituição, poderão dar continuidade às atividades de animação sociocultural desenvolvidas, entre os dias 15 de agosto e 12 de setembro. Nestes termos propõe-se à Câmara Municipal isentar do pagamento de acesso às Piscinas Municipais de Fratel aos utentes e respetivos funcionários acompanhantes. -----

---Analisado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento o acesso às Piscinas Municipais de Fratel os utentes e funcionários acompanhantes do Lar da Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense, nas atividades de animação sociocultural desenvolvidas, entre os dias 15 de agosto e 12 de setembro, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 23º da Lei 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 3 do art.º 12.º da Normas de Execução do Orçamento Municipal de 2024. -

7 – Abertura de procedimento de Classificação da “Rocha com Covinhas, na ribeira da Malaguarda”, como sítio de interesse municipal -----

---Considerando o exposto na informação interna nº 630/2024, 30 de julho, é considerada a importância histórico/cultural da Rocha com Covinhas na Ribeira da Malaguarda, associada à conveniência da sua salvaguarda, face a possíveis impactos resultantes de intervenções previstas no território envolvente, e às vantagens da sua conservação e valorização, de forma a constituir-se como mais um ponto de referência turística do concelho. Tal como sucedeu com a barragem romana da Lameira, e no contexto de uma estratégia do município para considerar a classificação de bens culturais no território concelhio, foi elaborada uma proposta com essa finalidade, pelos serviços técnicos municipais, incluindo as peças gráficas que identificam a localização do bem, a área ocupada e a zona especial de proteção provisória a considerar, de forma a suportar esta decisão. A competência para a classificação de bens culturais como

ATA DE 16/08/2024

de interesse municipal é atribuída aos municípios, os quais poderão, apesar da comunicação da decisão e pronúncia por parte das entidades da administração central e regional legalmente competentes para a gestão do património cultural, desenvolver este processo até à sua conclusão, mesmo que não ocorra qualquer pronúncia por parte daquelas entidades. -----

---Analisado o assunto e considerando a importância histórico/cultural da Rocha com Covinhas na Ribeira da Malaguarda, associada à conveniência da sua salvaguarda, face a possíveis impactes resultantes de intervenções previstas no território envolvente, e às vantagens da sua conservação e valorização, de forma a constituir-se como mais um ponto de referência turística do concelho, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, abertura de procedimento para classificação da “Rocha com Covinhas na Ribeira da Malaguarda” como monumento de interesse municipal nos termos apresentados e de acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 15º e no n.º 1 do art.º 94º, ambos da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, na sua atual redação, em conjugação com o disposto no n.º 1 do art.º 57º do Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, e na alínea t) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

---Mais foi deliberado, por unanimidade, a definição de uma zona especial de proteção provisória de 50 metros, contados a partir da linha de delimitação do bem patrimonial a classificar, nos termos propostos e de acordo com o disposto no art.º 43º da Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, na sua atual redação, e no capítulo III e art.º 58º, ambos do Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. -----

8 - Não adjudicação e revogação da decisão de contratar a empreitada “Lagar de Varas - Edifício de Receção, Passadiço e Elevador Panorâmico”-----

---Considerando o teor da informação 651/2024, da DOUA, de 08/08/2024, o procedimento em referência, foi carregado na plataforma de compras públicas no passado dia 09 de julho, decorrendo o período de apresentação de propostas até 29 de julho. Finalizado o prazo para apresentação de propostas, verificou-se não ter sido apresentada qualquer proposta. Reunidas as condições do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, propõe-se á Câmara Municipal, o seguinte: -----

a) Não adjudicação deste procedimento, nos termos do número e artigo referidos, na medida em que nenhum potencial interessado apresentou proposta; -----

b) Revogação da decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do mesmo diploma. -----

---Analisado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea f), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, da alínea a) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP não adjudicar a empreitada “Lagar de Varas - Edifício de Receção, Passadiço e Elevador Panorâmico”, na medida em que nenhum potencial interessado apresentou proposta e revogar a decisão de contratar, no disposto no n.º 1 do artigo 80.º do CCP. -----

---O **Sr. Vereador Carlos Faria** questionou o que estava previsto ser feito para contornar a situação, ao que o **Sr. Presidente** respondeu que teria de se aumentar o valor base do concurso, fazendo uma avaliação, de forma a tentar cativar algum interessado.-----

9 - Subsídios nos termos dos Regulamentos Sociais -----

---Considerando a informação técnica n.º648/2024 do Serviço de Ação Social, referente ao pedido de apoio ao arrendamento jovem em nome de Ana Filipa Henriques Grazina e Ricardo André Dias Farinha, residentes na Avenida da Serra, n.º13, em Vila Velha de Ródão, propõe-se à Câmara Municipal deliberar a atribuição de um subsídio mensal, durante um ano, para comparticipação do valor da renda, no montante de 262,50 € (duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos).-----

---Vista a informação técnica, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 13.º, conjugado com o n.º 3 do art.º 15.º, do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, atribuir um subsídio mensal, durante um ano, para comparticipação do valor da renda, no montante de 262,50 € (duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos) nos termos propostos. -----

10 – Cartões do idoso/social -----

---Considerando a informação técnica n.º 655/2024 do Serviço de Ação Social, referente aos pedidos de cartão do idoso, conforme documento anexo à referida informação, propõe-se a aprovação dos cartões do idoso que constam do mesmo. -----

---A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto do artigo 3.º do Regulamento para Atribuição do Cartão do Idoso/Social, na área do município de Vila Velha de Ródão, aprovar a atribuição dos cartões do idoso, aos munícipes que constam na lista apresentada ou nos termos da proposta apresentada, cuja cópia se arquiva nos documentos presentes na reunião. -----

11 – Subsídios-----

---A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

12 – Informações -----

---O **Senhor Presidente deu conhecimento** dos pagamentos efetuados no período no valor de 209.499,54€.-----

---Foram presentes e encontram-se arquivados como anexos à presente ata, o seguinte documento: Relação dos pedidos para atribuição do Cartão do Idoso.-----

Encerramento -----

---E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10:30h, dela se lavrou a presente ata, que depois de lida e julgada conforme vai ser assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, João Luís Dias Silva, Assistente Técnico, que a secretariei, através do recurso à assinatura digital qualificada e nos termos dos pontos 4 e 5 do art.º 19.º do Regimento da Câmara

ATA DE 16/08/2024

Municipal, aprovado em Reunião de Câmara de 12/10/2021. Todas as deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta na presente reunião. -----